



VERBA VOLANT SCRIPTA MANENT

Jornal Académico da
Faculdade de Direito, da
Universidade Lusófona

2^a EDIÇÃO



VERBA VOLANT SCRIPTA MANENT

Jornal Académico da Faculdade de Direito, da
Universidade Lusófona

Diretor

Prof. Doutor Paulo Sargento

Conselho de Redação

Presidente

Professor Doutor José de Faria Costa

Redatores Docentes

Prof^a Doutora Graça Canto Moniz

Prof. Doutor Carlos Poiares

Prof^a Doutora Melanie Tiago

Prof. Doutor Sérgio Vieira da Silva

Design, Grafismo e Edição

Filipe Roseiro

Contacto

fd.jornal@ulusofona.pt

Redatores Discentes

Beatriz Delicado

Representante da Licenciatura em Criminologia

João Fontes

Representante da Licenciatura em Direito

Carolina Cascalheira de Matos

Representante da Licenciatura de Estudos de
Segurança Interna

Dr. Salomão Domingos

Representante dos Estudos Pós-Graduados e
Doutoramento

Redatores de Associações

Carolina Silva

Representante da ELSA Lusófona

Inês Matias

Representante do NEC

Luís da Silva Marques

Representante da AADUL

Sumário

Editorial	3
Opinião	4
Cantinho de cultura	9
Atividades de Integração à Vida Académica, Cultural e Profissional	10
Personalidade em Destaque	11
Sugestões Culturais	15
Sugestões científicas e académicas	16
Aconteceu	17

VERBA VOLANT SCRIPTA MANENT

Jornal Académico da Faculdade de Direito, da
Universidade Lusófona

VERBA VOLANT SCRIPTA MANENT

Eis o número 2 do nosso 'jornalinho', como tão carinhosamente o Senhor Diretor da Faculdade de Direito, O Senhor Professor Doutor José de Faria Costa, quis apelidar. É precisamente no carinho e no afeto, dimensões tendentes a rarear nos convulsivos tempos hodiernos, que se sustenta 'verba volant scripta manent'. Não porque nele se tratem esses temas, mas porque é desenvolvido, produzido e dado à estampa com especial afeto, por uma comunidade académica onde todos têm voz, onde todos são livres de pensar, de ensinar e de aprender. Comunicar é algo inerente à vida. E esta regra não escapa à vida académica! Pelo contrário; é-lhe, absolutamente, intrínseca e essencial.



Comuniquemos, pois! Comuniquemos com a liberdade, com a tolerância, mas, também, com a estima e com o apreço que nos unem enquanto comunidade académica.

Apesar de ter sido projetado para servir de elemento de contacto e de informação na nossa comunidade estudantil, tarefa para a qual tive o grato e honroso privilégio de ser nomeado para dirigir pelo Senhor Diretor da nossa Faculdade, atrevo-me a assumir que não estarei a trair esse seu desígnio se afirmar que o nosso 'verba volant scripta manent' é de todos e é para todos! Sim, para todos os que têm um dos seus epicentros no amor ao estudo daquela que constituirá uma das melhores propriedades definidoras - para o bem e para o mal - da Humanidade: a Justiça!

Com a gratidão já expressa ao Senhor Diretor, permito-me pedir-lhe que a estenda a todos os elementos que contribuíram para que este número 2 do nosso 'jornalinho' pudesse estar, hoje, diante dos nossos olhos, as nossas janelas abertas ao conhecimento!

Com os desejos de umas férias relaxantes e com indubitável alegria de mais um degrau ultrapassado nas vias do conhecimento, permitam-me que vos ofereça o meu abraço de gratidão e estima.

Prof. Doutor Paulo Sargento

OPINIÃO

Legalmente Velho

Prof. Doutora Conceição Soares Fatela

Sub-Diretora da Faculdade de Direito

Os velhos tornaram-se um enorme problema quer para a sociedade quer para as respetivas famílias. Enquanto que, exteriormente, são notórios o drama do abandono, da solidão, da falta de meios, da falta de médicos, os problemas de saúde, a dificuldade em pagar os medicamentos, a insalubridade de algumas casas, o eterno problema da habitação e o cada vez mais elevado custo de vida, de dentro de casa chegam-nos notícias de violência doméstica. Tudo isto contribui para que não seja fácil ser velho ou, mesmo, chegar a velho. E de tal modo se tornou problemático, que a Assembleia da República sentiu a necessidade (ou a pressão) de criar, pela Lei n.º 7/2026, de 25 de fevereiro, o Estatuto da Pessoa Idosa (entendendo como tal, qualquer pessoa com idade igual ou superior à idade normal de acesso à pensão de velhice, nos termos do Decreto-Lei n.º 187/2007, de 10 de maio).



Contudo, sem prejuízo da sua virtualidade, não podemos deixar de observar que este regime - para além da "vergonha" do uso da palavra velho -, faz é uma clara distinção entre pessoas, como se o velho fosse menos pessoa, uma espécie de pessoa diminuída, revelando a necessidade de estipular direitos que, em rigor, se presumia existirem na esfera jurídica de todas as pessoas. Acresce que o critério da idade utilizado pelo legislador, mais não faz do que igualar os velhos, independentemente do seu grau de autonomia, o que o torna discriminatório. Com efeito, a proteção deveria realizar-se com base na capacidade, autonomia e necessidade individuais. Só podemos lamentar a opção escolhida. Relembramos as palavras de José de Faria Costa: "Levemos a sério, muito a sério, o direito de ser velho a ser inteiro. O velho não é um pedaço de pessoa. Bem ao invés. É um ser inteiro. Respeitemo-lo. E respeitá-lo não através de palavras bonitas e ocas, mas antes defendendo-o, precisamente, dessas insinuações ou falsificações de bondade."

Violências (in)visíveis: da marca física à violência estrutural

Prof. Doutora Miriam Pina

Professora da Faculdade de Direito

“Era um fantasma. Caminhava no vazio. As pessoas desviavam os olhos. Eu não estava ali. Olhavam para as nódoas negras (...) e desviavam logo o olhar”.

É assim que, em 1999, Roddy Doyle descreve A mulher que ia contra as portas. As nódoas negras estão lá, visíveis, inscritas no corpo. E também os olhares – que nelas pousam por instantes, apenas para logo se desviarem. Como tantas vezes fazemos perante aquilo que incomoda, que interpela, que exige posicionamento.

Conhecemos – com base num saber empiricamente sustentado – o impacto e as múltiplas repercussões desta violência. O reconhecimento de que hoje beneficia trouxe avanços importantes. Porém, nem toda a violência se faz de murros secos dados dentro de portas. Nem toda a violência deixa nódoas negras.

Podemos falar em violência na ausência de um rosto, na falta de um corpo que possamos ver desferir a força, o poder? Devemos. Chama-se violência estrutural – conceito desenvolvido por Galtung: uma forma de violência inscrita

nas estruturas sociais, que se exerce através da distribuição desigual de recursos, oportunidades e poder. Não se manifesta num gesto violento que possamos prever e do qual queiramos fugir, mas nas condições que limita, nas possibilidades que restringe e nas trajetórias que condiciona, fazendo da sua invisibilidade enquanto violência a principal característica. Não é exclusiva das mulheres, mas nelas assume uma atuação específica.

Dentro de portas temos réplicas do desequilíbrio e da desigualdade fora de portas. Ainda que mais dissimulada, continua a cultura de género, a cultura de submissão, silenciadas no quotidiano.

Nesta violência as nódoas não são negras e não as sabemos situar, são nódoas invisíveis, espalham-se corpo fora, como uma segunda camada de pele. Mas as camadas, como as portas, pesam, limitam, confinam-nos e restringem-nos os movimentos, os comportamentos e orientam-nos as ações.

Falar sobre violência estrutural é ousar devolver o som ao grito. É a vontade de rasgar o ciclo nas expectativas que se passam de pais/mães para filhos(as), numa educação que repete o engavetamento das vontades em rosa-menina ou azul-menino, um engavetamento que se prolonga dos brinquedos às profissões, aos salários, aos papéis em casa e fora dela. Um engavetamento que formata: corpo, ideias, até ideais e possibilidades de Ser.



Na Convenção de Istambul é feito um apelo a todos os Estados-membros do Conselho da Europa para introduzirem o reconhecimento da violência doméstica como violência estrutural na definição das suas políticas e dos seus conceitos (<https://rm.coe.int/168046253d>).

OPINIÃO

“Este país não é para velhos”: Uma conferência na Universidade Lusófona

Beatriz Neto

Aluna do 2.º Ano da Licenciatura em Direito

No passado dia 29 de maio de 2026, a Faculdade de Direito da Universidade Lusófona - Centro Universitário de Lisboa, realizou um seminário no qual foi abordado o tema: “Portugal não é para os velhos”.

O evento teve a sua abertura solene com o ilustre Diretor da Faculdade, o Excelentíssimo Senhor Professor Doutor José de Faria Costa, acompanhado pelos Excelentíssimos oradores Senhor Doutor Pedro Santos, Presidente do IPPPI (“Instituto Português de Proteção à Pessoa Idosa”) juntamente com o Senhor Professor Doutor Paulo Sargento.

Durante a sessão, foram abordados diversos temas sob variadas perspectivas proporcionando aos ouvintes a oportunidade de aprender com a vasta experiência profissional, académica e de vida dos ilustres oradores.

Os ouvintes foram confrontados com dados, factos e perspectivas com o objetivo de serem atingidos com o “choque da realidade” no qual muitos destes cidadãos

mais vulneráveis se enfrentam no seu dia-a-dia apresentados pelo Doutor Pedro Santos, nos quais foram apresentados exemplos concretos de cenários que chocam pela sua realidade cruel, tais como os preços avassaladores que as famílias devem pagar para adquirir condições mínimas de cuidados e saúde para os mais vulneráveis, às condições deploráveis que não correspondem com os valores pagos pelas famílias, entre outras questões.

Por sua vez, o Professor Doutor Paulo Sargento trouxe para a discussão os aspectos psicológicos e sociais do envelhecimento com uma análise crítica que incidiu sobre o impacto devastador da exclusão social na saúde mental dos idosos, argumentando que a sociedade moderna, por vezes, “descarta” o vasto conhecimento e a experiência acumulada pelas gerações mais velhas.

Em suma, a conferência “Este país não é para os velhos” não se limitou a uma exposição teórica; este foi um veemente apelo à ação e à reflexão profunda sobre a realidade do dia-a-dia do idoso a nível de custos, proteção jurídico-social com a reflexão profunda sobre as políticas públicas e as atitudes sociais em Portugal. Os ouvintes tiveram a oportunidade de aprender com a vasta experiência de vida, profissional e académica dos oradores, que, através das suas intervenções delinearam um caminho para uma sociedade mais justa e inclusiva, onde a dignidade da pessoa idosa seja uma prioridade inegociável.

Lançou-se o desafio aos ouvintes, que lançamos também aos leitores de organizarem iniciativas de apoio a todos estes cidadãos mais vulneráveis com fim de fazer as suas vidas menos pesadas, tornando os seus dias mais animados e enriquecidos.



OPINIÃO

A Radicalização e os Jovens. O novo normal?

Inês Matias

Aluna do 2.º Ano da Licenciatura em Criminologia

Instintivamente a primeira imagem que atribuímos ao pensarmos em radicalização é violência, ataques ou terrorismo, dificilmente as iremos associar a jovens de 12 anos. No entanto, a radicalização é um processo gradual, que consiste na adesão a um conjunto de valores ou ideologias extremistas, que pode, ou não culminar em atos violentos e que tem, cada vez mais, mobilizado as camadas mais jovens da nossa sociedade.

Talvez o maior erro seja despertar para a radicalização juvenil apenas quando ela culmina em atos violentos e acreditar que foi aí que ela se iniciou. Na realidade, quando chegamos a esse momento a prevenção primária e secundária já falharam, assim como a sociedade no seu conjunto.

A radicalização inicia-se, muitas vezes, na solidão, num quarto, atrás de um ecrã, surge através de conteúdos curtos e rápidos, oferecidos por um algoritmo que rapidamente aprende o que desperta reações e transforma essa emoção em repetição. Neste momento, não é o jovem que procura o conteúdo, este é lhe oferecido repetitivamente.

Inerente à própria fase de desenvolvimento em que os jovens se encontram, a sua identidade está a ser construída e apreendida pelas suas figuras de referência, o problema aqui inicia-se: Quem são as figuras de referência dos nossos jovens? Que conteúdos consomem? Que ferramentas estão a receber para construírem as suas identidades? Quem é o mediador da exposição digital constante? Ao encararmos este cenário facilmente concluímos que existem vulnerabilidades e riscos potenciados pelo uso desinformado e não supervisionado de tecnologias digitais que os vulnerabilizam a um possível processo de radicalização.

É necessário compreender as tecnologias digitais e os conteúdos consumidos para que se projetem planos de prevenção eficientes e não meramente proibicionistas.

Sabemos que os jovens "radicalizados", são na sua maioria do sexo masculino, com idades entre os 12 e os 18 anos, vivenciam uma crise de identidade, estão isolados socialmente, com relações interpessoais online (vivência em bolha digital), cultivam o gosto por armas e pela violência, procuram o sentimento de pertença, visibilidade e notoriedade e são mais vulneráveis e manipuláveis.

Estes são mobilizados através de plataformas digitais de gaming (Steam, Roblox), redes sociais (Instagram, Twitter, Tiktok) e comunidades online (Reddit, Discord, Telegram), onde são difundidos conteúdos extremistas e de incentivo ao ódio. Ao interagirem com estes conteúdos, ao reagirem, os jovens entram de forma subtil no processo de radicalização, começam a entrar na comunidade, a serem contactados e reencaminhados para plataformas



de comunicação, com mensagens encriptadas, onde se intensificam os conteúdos mas, acima de tudo, a presença ativa no grupo e o incentivo a ações violentas.

Estes discursos radicalizados transportam-se para o quotidiano dos jovens e começam a normalizar-se entre a camada mais jovem, começa a existir uma dessensibilização à violência e uma negação à existência do outro. Como destacado por António Teodoro no Seminário sobre Justiça Juvenil: Novas Tendências, realizado no dia 25 de Março, na Universidade Lusófona, "Aquilo que antes excluía, hoje pode incluir, aquilo que antes marginalizava, hoje pode agregar".

No cenário global e nacional complexo como o que vivemos, cria-se um clima de anomia social, em que os discursos extremistas se apresentam aos jovens como explicações simplistas de realidades complexas, a ideia de "nós contra o outro" gera reações, emoções, sentimento de pertença e de comunidade, o que torna estas comunidades extremamente mobilizadoras e apelativas para os jovens, respondendo ao seus próprios dilemas internos e procura por identidade.

Combater esta corrente de pensamento com inflexibilidade e com a imposição de um conjunto de pensamentos, valores, ainda que moralmente corretos, não vai gerar os resultados pretendidos, podendo ainda contribuir para o fortalecimento do processo de radicalização, no sentido de reforçar a crença de confronto, de "nós" (a comunidade) e os "outros", que se pretende desconstruir.

O caminho para a prevenção passa essencialmente pela supervisão e monitorização dos conteúdos que estes jovens consomem digitalmente, pelos discursos que começam a reproduzir no quotidiano e, sobretudo, pela abertura ao diálogo construtivo sobre os temas explorados pela radicalização (racismo, misoginia, xenofobia, intolerância, entre outros), para que seja possível uma desconstrução natural das ideias pré-construídas que foram assimiladas, para que possam compreender a complexidade destes temas e rejeitem simplificações ou respostas extremistas.

O foco da prevenção não está em substituir uma ideologia "má" por uma "boa", mas sim em capacitar os jovens de pensamento crítico e desconstruir formas de relação com o mundo que assentam na exclusão, na hierarquia e na negação do outro.

CANTINHO DE CULTURA

Para este trimestre propomos:



Música

Maestro Silvestre Fonseca

Silvestre Fonseca, nasceu em 1959, em Lisboa. É um reconhecido maestro, compositor, professor e, sem dúvida, um dos mais insígnies concertistas de guitarra clássica do panorama musical contemporâneo. Com uma carreira com mais de quatro décadas, o músico presenteou-nos com uma discografia vasta e com obras de elevada notabilidade, cabendo aqui realçar o seu "Ave Maria" para guitarra clássica, conjunto de cordas, soprano e coro, obra que, de resto, numa carta de Sua Santidade, O Papa Francisco, a considerou como uma das mais belas versões que já havia escutado.



Silvestre Fonseca é um cidadão participativo, de carácter simpático, humilde e bem-humorado, com um sentido de grande solidariedade e rara fraternidade.

O seu trabalho discográfico mais recente é o single "Melodia de uma Noite", lançado em 2026. No formato de álbum completo, o seu último grande registo de originais é "Fados e Mornas", editado em 2019, que demonstra, e bem, o seu amor à lusofonia. E, neste ponto, é oportuno referir que Silvestre Fonseca foi estudante da nossa Faculdade de Direito, sua alma mater, que sempre recorda com carinho e nunca se cansa de privilegiar.

Posso dizê-lo com verdade: o Silvestre é um dos nossos! E teremos o grato privilégio de escutá-lo, ao vivo, na receção aos estudantes do próximo ano letivo.

Deixo, finalmente, a hiperligação para o "Ave Maria", talvez uma das suas Opus Magister, para que possamos deleitar-nos e entender a aclamação de Sua Santidade, o Papa Francisco.

Prof. Doutor Paulo Sargento

[Assista aqui ao vídeo](#)

ATIVIDADES DE INTEGRAÇÃO À VIDA ACADÉMICA, CULTURAL E PROFISSIONAL

Visitas

Procuradoria-Geral da República



Ordem dos Advogados



Estabelecimento Prisional da Carregueira



Escola Prática de Polícia de Torres Novas



Atividades

Palestra sobre o novo modo multidisciplinar em Direito Criminal



Palestra da Diretora do Laboratório de Polícia Científica da PJ



Palestra “Este país não é para velhos”



Presença da FD na Homenagem ao Aristides Sousa Mendes



Pode consultar todos os eventos a decorrer, no site da Faculdade de Direito.

PERSONALIDADE EM DESTAQUE

Senhor Professor Manuel de Almeida Damásio, entrevistado pelo aluno Francisco Cabral da Licenciatura em Direito

É naturalmente impossível falarmos da Universidade Lusófona e do Grupo COFAC sem falar do Senhor Professor. Mas, se calhar, podemos abstrair-nos da Universidade Lusófona e da COFAC e pensar na vida do Senhor Professor antes dessas instituições. Quem era o Senhor Professor antes da Universidade Lusófona e da COFAC?

Antes da COFAC e da Universidade Lusófona, o meu percurso esteve ligado ao movimento cooperativo e à organização de projetos de natureza social e educativa. A primeira organização a que me associei foi a cooperativa LIVRELCO, criada numa época em que Portugal vivia sob censura e em que a circulação de livros e de ideias era fortemente condicionada.

As cooperativas desempenhavam um importante papel cultural e cívico. Mais do que obter lucro, procuravam criar oportunidades de acesso ao conhecimento e promover a participação dos cidadãos, ainda que com a prudência que o contexto político exigia.

Foi nesse ambiente que despertei para a importância da educação, da organização e do desenvolvimento coletivo. Enquanto estudava e cumpria o serviço militar, continuei a investir na minha formação e, mais tarde, iniciei a minha atividade profissional na Administração Pública, primeiro no Instituto de Formação Profissional e depois no Ministério da Saúde e Assistência.

Após o 25 de Abril, participei em diversos projetos ligados ao ensino, desde o ano propedêutico até às primeiras iniciativas de ensino superior não estatal. Nessa altura, defender o ensino privado não era consensual, mas acreditávamos que alargar o acesso ao ensino superior era essencial para o desenvolvimento do país.

Foi essa convicção que esteve na origem do projeto que mais tarde deu lugar à Universidade Lusófona. Sempre acreditei que a educação é o maior fator de desenvolvimento dos povos e que investir no conhecimento é investir no futuro.

O Senhor Professor falou há pouco das antigas províncias ultramarinas e foi recentemente agraciado com a Medalha de Mérito do Governo de Cabo Verde. Fernando Pessoa escreveu que “a minha pátria é a língua portuguesa”. De onde nasce esta ligação tão profunda ao mundo lusófono? Foi uma convicção que sempre o acompanhou ou foi crescendo à medida que a Universidade Lusófona se foi afirmando?

Essa ligação nasceu num período de grande transformação política e social. Desde cedo compreendi que o desenvolvimento dos povos depende, acima de tudo, da educação. Foi essa convicção que orientou todo o meu percurso.

A distinção que recebi do Estado de Cabo Verde resulta precisamente do trabalho desenvolvido na criação e consolidação da Universidade

Lusófona de Cabo Verde. Quando criámos o ano propedêutico, procurávamos alargar o acesso ao ensino superior e criar oportunidades para formar mais pessoas. Mais tarde, esse modelo acabaria por ser institucionalizado pelo Ministério da Educação.

Sempre acreditei que o verdadeiro fator de riqueza de um país não são apenas os seus recursos naturais, mas sobretudo o nível de educação da sua população. Uma empresa só prospera quando é bem gerida; um país também só se desenvolve quando investe na formação das pessoas.

Após o 25 de Abril e o processo de independência dos países africanos de língua portuguesa



tornou-se evidente que o maior desafio era precisamente a educação. Muitos desses países tinham elevadas taxas de analfabetismo e uma enorme escassez de professores e de instituições de ensino superior. Sem educação é muito difícil

um Estado moderno e promover o desenvolvimento económico e social.

Foi por isso que defendemos a criação de universidades em Cabo Verde e noutros países lusófonos. A nossa preocupação nunca foi apenas criar instituições de ensino, mas contribuir para que esses países formassem os seus próprios quadros e fossem capazes de construir o seu futuro.

Hoje o desafio é diferente. Já não basta garantir o acesso à educação; é necessário acompanhar a evolução tecnológica. A inteligência artificial, as novas formas de comunicação e a inovação devem estar ao serviço da pessoa humana e do desenvolvimento das sociedades. Não devemos temer a tecnologia, mas aprender a utilizá-la de forma responsável.

Continuo a acreditar que a cooperação entre os países de língua portuguesa é uma enorme oportunidade. Partilhamos uma língua, uma herança cultural e desafios comuns. Investir na educação, na investigação e na formação de professores continua a ser a melhor forma de promover o desenvolvimento da comunidade lusófona.

O Senhor Professor dedicou toda a sua vida ao ensino. Como vê o impacto da inteligência artificial na educação? Pelas suas palavras, parece encará-la como uma oportunidade, mas acredita que, em algum momento, possa transformar-se num obstáculo?

Não acredito. Ainda é cedo para tirar conclusões definitivas, porque todas as grandes inovações tecnológicas demoram algum tempo a ser aceites pela sociedade.

A História mostra-nos isso. A Revolução Industrial encontrou

forte resistência, tal como outras grandes transformações tecnológicas. Sempre que surge uma inovação, existe receio da mudança.

Estou convencido de que o mesmo acontece com a inteligência artificial. As empresas que hoje lideram a economia mundial são precisamente aquelas que conseguem inovar e desenvolver novas tecnologias. Quem deixa de inovar acaba inevitavelmente por perder competitividade.

No fundo, estamos perante mais uma expressão da criatividade humana. Ao longo da História, o progresso aconteceu sempre que o ser humano encontrou formas mais eficientes de produzir e de responder aos desafios do seu tempo. A passagem da Idade do Bronze para a Idade do Ferro é um bom exemplo disso: quem dominava uma tecnologia mais avançada ganhou uma vantagem decisiva.



A inteligência artificial representa uma nova etapa desse processo. Naturalmente haverá resistência, como aconteceu noutras épocas, mas quem souber utilizar estas ferramentas será mais produtivo, mais competitivo e mais capaz de criar riqueza.

Os países de língua portuguesa também têm de acompanhar esta transformação.

A inteligência artificial exigirá regras e responsabilidade, sobretudo em áreas mais sensíveis, mas não devemos temê-la. Devemos aprender a utilizá-la de forma inteligente e colocá-la ao serviço da pessoa humana.

Tal como aconteceu com todas as grandes revoluções tecnológicas, a inteligência artificial é uma continuação do progresso e da criatividade humana. Cabe-nos aproveitar o seu potencial para promover o desenvolvimento da sociedade.

Naturalmente, sendo esta uma entrevista para o Jornal da Faculdade de Direito, não poderia deixar de lhe colocar esta questão. Ao longo da sua vida e da história da Universidade Lusófona, esteve sempre rodeado de juristas. Qual tem sido a sua relação com o Direito e com os juristas?

Tem sido uma relação muito enriquecedora.

Existe, por vezes, uma visão estereotipada dos juristas, mas a minha experiência é precisamente a oposta. As pessoas com formação jurídica possuem uma grande capacidade para compreender a sociedade, as instituições e as relações humanas.

O Direito proporciona uma formação sólida. Dá instrumentos para interpretar os fenómenos

sociais, compreender as regras que organizam a vida em comunidade e tomar decisões de forma fundamentada.

Naturalmente, outras áreas do conhecimento também são essenciais. A engenharia, por exemplo, desempenha um papel determinante na inovação e no desenvolvimento empresarial. Mas isso não diminui a importância do Direito. Pelo contrário, são áreas que se complementam.

Um empresário acaba, inevitavelmente, por adquirir uma significativa cultura jurídica. Tem de negociar contratos, conhecer a legislação, acompanhar a evolução dos mercados e compreender o enquadramento legal da sua atividade.

Sempre encarei, por isso, o contacto com os juristas como uma mais-valia. Acrescentam valor às organizações e contribuem para melhores decisões.

No fundo, aquilo que verdadeiramente faz a diferença nas pessoas, nas empresas e nas instituições é o conhecimento. Esse é, para mim, o principal fator de desenvolvimento.

Não poderíamos terminar esta conversa sem falar do Doutoramento Honoris Causa que recebeu recentemente da Universidade Lusófona. Que significado teve para si ser distinguido com uma das mais elevadas honras académicas pela instituição à qual dedicou grande parte da sua vida?

Foi uma enorme satisfação. Quando me falaram nessa possibilidade, a minha primeira reação foi perguntar: "Mas porquê?" Se essa distinção me foi atribuída, foi porque entenderam que o trabalho desenvolvido ao longo da minha vida teve utilidade e contribuiu para o projeto educativo da Universidade Lusófona.

Tem um significado muito especial por representar o reconhecimento de um percurso iniciado numa época em que defender o ensino superior privado e apostar na educação nem sempre era bem compreendido. Durante muitos anos existiu uma grande resistência à expansão do ensino superior e à criação de novas universidades.

Costumo dizer, até com algum humor, que hoje recebo um Doutoramento Honoris Causa, quando, noutros tempos, talvez tivesse ido parar à cadeia. Felizmente, essa fase da nossa história ficou para trás. Hoje a sociedade reconhece a importância da educação, da ciência e do conhecimento para o desenvolvimento do país.

Ainda me recordo de ouvir dizer que Portugal não precisava de mais universidades e que o país necessitava apenas de outras profissões. Sempre considerei essa visão profundamente redutora. A educação nunca foi um problema; sempre foi parte da solução.

Ao longo deste percurso tive também a oportunidade de aprender com grandes personalidades do ensino superior. Na Universidade Livre desempenhei funções de apoio ao Conselho Científico e trabalhei de perto com o Professor Palma Carlos. Foi uma experiência muito marcante e uma verdadeira escola de vida, da qual retirei ensinamentos que mais tarde procurei aplicar na construção da Universidade Lusófona.

Senhor Professor, há quem diga nesta casa que, sem a Universidade Lusófona e, naturalmente, sem o Senhor Professor o ensino superior privado em Portugal não existiria como hoje o conhecemos. O que pensa dessa afirmação?

Como acontece com todas essas afirmações, há sempre algum exagero. Mas, retirando esse exagero, fica aquilo que considero essencial: o contributo que a iniciativa privada deu ao desenvolvimento do ensino superior em Portugal.



Houve um conjunto de pessoas que acreditou nesse projeto e que trabalhou para o concretizar. Muitos professores, alguns dos quais tinham desempenhado funções governativas, envolveram-se na construção desse ensino e deram um contributo decisivo para a sua afirmação.

Considero que esse trabalho foi importante porque ajudou a mudar mentalidades. Durante muito tempo, tirar um curso superior não era visto como uma prioridade. Hoje, pelo contrário, é amplamente reconhecido que a melhor herança que um pai pode deixar a um filho é a educação.

Essa mudança de mentalidade verificou-se em Portugal e encontrei-a também nos restantes países da comunidade lusófona, incluindo o Brasil. Felizmente, essa valorização da educação tornou-se um elemento comum aos nossos povos.

Para terminarmos a nossa entrevista, e agradecendo desde já o tempo que nos dedicou, deixo-lhe uma pergunta mais pessoal. Como gostaria de ser lembrado?

Não sei se desejo propriamente ser lembrado. Se aquilo que fiz tiver sido útil às pessoas, naturalmente ficará alguma memória desse trabalho. Mas também sei que nada é perfeito.

As verdadeiras obras-primas pertencem às artes, às ciências ou àqueles que deixam uma criação excecional. Eu não sou escultor, nem fotógrafo, nem informático. Não tenho uma obra que possa dizer: "Foi feita apenas pelas minhas mãos"

que uma parte significativa da população portuguesa ainda era analfabeta.

É verdade que as estatísticas devem ser sempre analisadas com cuidado. Costuma dizer-se, até com algum humor, que há duas maneiras de mentir: uma é mentir mesmo; a outra é fazer estatísticas. É uma frase conhecida, mas recorda-nos que devemos olhar sempre para os números com espírito crítico.

Muito obrigado pelo tempo que nos dispensou, em meu nome e em nome do Jornal da Faculdade de Direito. Gostaria de deixar uma última mensagem aos nossos estudantes?

Ao longo da História ouvi demasiadas vezes dizer que não eram precisos mais licenciados, que bastavam pedreiros, eletricitas ou ferreiros.

Naturalmente que todas essas profissões são indispensáveis, mas isso nunca pode servir de argumento para desvalorizar o ensino superior.

Antes do 25 de Abril, muitos portugueses eram obrigados a sair do país para fazer um doutoramento, porque Portugal não tinha capacidade para os formar.

Felizmente, essa realidade mudou.



Tudo o que construí foi sempre feito com outras pessoas. Costumo dizer que, se houver uma montanha para transformar numa oportunidade, colaboro com gosto. Aquilo que fazemos deve servir sempre a comunidade, o bem comum.

Penso que muitas pessoas tiveram oportunidade de estudar graças ao trabalho desenvolvido ao longo destes anos. Houve uma época em

O tempo nunca é suficiente para conversar sobre todos estes temas, mas gostaria de deixar uma sugestão.

Vocês, enquanto estudantes e dirigentes académicos, têm uma grande responsabilidade. Debatam estas questões, organizem fóruns, convidem conferencistas e promovam o pensamento crítico.

Não aceitem a ideia de que estudar deixou de ser importante.

Continuo convencido de que investir na educação, aumentar o conhecimento e formar mais pessoas é sempre positivo. Um país desenvolve-se quando cresce, quando questiona e quando aposta no conhecimento.

SUGESTÕES CULTURAIS



Solidariedade



Campanha Solidária - 15 a 29 de julho

Universidade Lusófona

Deixe o seu contributo (brinquedos ou material escolar) na Universidade Lusófona, no PUI, em Lisboa, Campo Grande, 376, e ajude-nos a levar alegria às crianças na Venezuela. Para elas, brincar e aprender são bens de primeira necessidade.

A sua doação direta traz sorrisos e esperança à Venezuela. O sorriso de uma criança é a nossa maior recompensa!

[Saiba mais](#)

Música

Jazz em Agosto

42.^a edição

Fundação Calouste Gulbenkian

[Saiba mais](#)

Exposição

José Pedro Croft

Reflexos, Enclaves, Desvios

CCB Museu de Arte Contemporânea e Centro de Arquitetura

[Saiba mais](#)

SUGESTÕES CIENTÍFICAS E ACADÉMICAS

15th United Nations Congress on Crime Prevention and Criminal Justice

26 September 2026 to 1 October 2026
Abu Dhabi National Exhibition Centre (ADNEC)



Saiba mais

Gartner Security & Risk Management Summit

22 – 24 September 2026
London, U.K.



Saiba mais

ICFL 2026: 20. International Conference on Family Law

September 28-29, 2026
Hong Kong, China



Saiba mais

ACONTECEU

A Faculdade de Direito da ULusófona integra a Associação Europeia de Faculdades de Direito, reforçando o seu prestígio académico europeu

[Saiba mais](#)

Faculdade de Direito promove contacto com estudantes do secundário

[Saiba mais](#)

Docentes da Faculdade de Direito da ULusófona em Programa de Mobilidade (Programa Intensivo Híbrido (BIP) sobre prevenção dos riscos profissionais, na Universidade de León)

[Saiba mais](#)

Seminário analisa o papel do Direito na Proteção da Natureza

[Saiba mais](#)

A apresentação da nova edição da obra “Lições de Direito Penal”, do Professor Doutor José de Faria Costa, reuniu a academia e profissionais na Feira do Livro

[Saiba mais](#)

Workshop reúne especialistas de Portugal e Espanha para discutir corrupção, responsabilidade penal e cooperação jurídica internacional

[Saiba mais](#)

Faculdade de Direito promoveu apresentação da obra de Pedro Correia Gonçalves, com intervenção de Dom Armando Esteves Domingues

[Saiba mais](#)

II Congresso Mundial da Associação Internacional de Proteção Social

[Saiba mais](#)

VI Congresso Internacional da PSIJUS – Paisagens de vida

[Saiba mais](#)

Seminário Internacional – Evidence and Proof in the Digital Age

[Saiba mais](#)

Professora Doutora Conceição Soares Fatela distinguida com a Medalha de Ouro de Reconhecimento e Mérito

[Saiba mais](#)

ACONTECEU

III Congresso Internacional Violência Doméstica e Convenção de Istambul

Saiba mais

Faculdade de Direito assina protocolo com a Fundação António Pargana

Saiba mais

Faculdade de Direito assina Protocolo com Liga Portuguesa dos Direitos Humanos - Civitas

Saiba mais